



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 022/2017, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ODIR JOÃO BOEHM, Prefeito Municipal de Ernestina, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente edital para RETIFICAR:

ONDE SE LÊ:

1- DO EMPREGO, VAGA(S), ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO e TAXA DE INSCRIÇÃO:

1.1- Tabela do emprego:

| EMPREGO | Escolaridade e outros requisitos exigidos para o emprego | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Básico do mês 12/2017 | Taxa de Inscrição |
|------------------------------------|---|------------------|------------------------------|--|--------------------------|
| AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | a) Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do Edital de Processo seletivo público; b) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; c) Haver concluído o ensino fundamental. | Conforme item .5 | 40h | R\$ 1.014,00 Correspondente ao Piso estabelecido pelo Governo Federal no Art. 9º A, § 1º, da Lei nº 11.350 de 5 de Outubro de 2006. | R\$ 70,00 |

LEIA-SE E CORRIGE-SE

1- DO EMPREGO, VAGA(S), ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO e TAXA DE INSCRIÇÃO:

1.2- Tabela do emprego:

| EMPREGO | Escolaridade e outros requisitos exigidos para o emprego | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Básico do mês 12/2017 | Taxa de Inscrição |
|------------------------------------|--|------------------|------------------------------|--|--------------------------|
| AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | a) Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do Edital de Processo seletivo público; b) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; c) Haver concluído o ensino fundamental. Idade mínima de 18(dezoito) anos. | Conforme item .5 | 40h | R\$ 1.014,00 Correspondente ao Piso estabelecido pelo Governo Federal no Art. 9º A, § 1º, da Lei nº 11.350 de 5 de Outubro de 2006. | R\$ 70,00 |



ONDE SE LÊ:

1.5- DA ABRANGÊNCIA DA MICRO-ÁREA E VAGAS: O Processo seletivo refere-se ao provimento do emprego para as seguintes micro áreas e vagas:

| | | |
|--------------------|--|----|
| MICROÁREA 3 | As vistas terão início RST 153 casa da Sra. Adriana Voigt seguindo pela estrada da balança nos dois sentidos até a divisa com municio de Nicolau Vergueiro, contornando toda a barragem até a propriedade da Sra. Erna Cardoso. Seguindo pela estrada da Linha Gonçalves até a serraria passando pela propriedade do Sr. Paulo Penz saindo na estrada velha da Esquina Penz, seguindo até a RST 153 Propriedade da Sra. Erna Rodrigues. Nº pessoas: 293 | 01 |
|--------------------|--|----|

LEIA-SE E CORRIGE-SE

| | | |
|--------------------|---|----|
| MICROÁREA 3 | As visitas terão início na RST 153 Localidade Esquina Penz visitando as residências as margens da rodovia em ambos os lados até o KM 22,5. Seguindo na estrada ao lado do E. Orlando Roos até a propriedade do Sr. Pedro Lício Vieira da Silva, seguindo até a propriedade da Sra. Ingrid Liliane Worst (localidade São Paulo), após segue em direção a propriedade da Sra. Vena Francisca Baumgratz, contornando as divisas com os municípios de Victor Graeff e Tio Hugo visitando as famílias das localidades Coxilha Seca, Linha Tieze e Posse Barão até a residência da Sra. Elemar Antonio Baumgardt. Retornando no sentido da RST 153 as visitas continuam nas residências do Sr. Hedio Schmitt e o Sr. Aderi Klein e demais famílias da Linha São Paulo até retornar a rodovia . Nº pessoas: 281 | 01 |
|--------------------|---|----|

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ERNESTINA, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017.

**ODIR JOÃO BOEHM
PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI N. BAUMGRATZ
Sec.Mun.da Administração e Fazenda

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 021/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.**

ODIR JOÃO BOEHM, Prefeito Municipal de Ernestina, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 11.350/06 e da Lei Orgânica Municipal, torna público que estão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Público no emprego de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e pela Lei Municipal nº 2.489/2017 de 30 de Junho de 2017 - Cria empregos destinados a atender ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS e Decreto nº 054/2011 – Regulamento de Processo seletivo públicos. A execução do processo seletivo público será realizada pela coordenação técnico administrativa da **UNA GESTÃO E ACESSORIA LTDA.**

1- DO EMPREGO, VAGA(S), ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO e TAXA DE INSCRIÇÃO:**1.1- Tabela do emprego:**

| EMPREGO | Escolaridade e outros requisitos exigidos para o emprego | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Básico do mês 12/2017 | Taxa de Inscrição |
|------------------------------------|--|------------------|-----------------------|--|-------------------|
| AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | a) Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do Edital de Processo seletivo público; b) Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; c) Haver concluído o ensino fundamental. Idade mínima de 18(dezoito) anos. * | Conforme item .5 | 40h | R\$ 1.014,00 Correspondente ao Piso estabelecido pelo Governo Federal no Art. 9º A, § 1º, da Lei nº 11.350 de 5 de Outubro de 2006. | R\$ 70,00 |

*Retificado pelo edital nº 022/2017

1.2- Os conteúdos programáticos das provas para o emprego, de acordo com a escolaridade exigida encontra-se no Anexo I deste Edital.

1.3- A descrição sintética e analítica das atribuições do emprego para o provimento estão definidas no Anexo II do presente Edital.

1.4- O cronograma de eventos previsto para este Processo seletivo público encontra-se no Anexo IV deste Edital.

1.5- DA ABRANGÊNCIA DA MICRO-ÁREA E VAGAS: O Processo seletivo refere-se ao provimento do emprego para as seguintes micro áreas e vagas:

| Micro área | Endereço de atuação e limites | Nº de vagas |
|--------------------|---|-------------|
| MICROAREA 1 | As visitas terão início na rua Cristiano Becker (na serraria até a rua Flavio Schimitt) segue pela rua Olivério Guntzel subindo pela rua João Clemente Elsing da residência da Sra. Aline de Mamann até a Av. Fernando Dudersadt, visitando todas as transversais : Julio dos Santos (início na residência da Sra. Vania Schu) , rua Alfredo Lutz (início na residência da Sra. Sirlene Irschlinguer), rua João Gonçalves da Silva (início na residência do Sr. Elton Schimitz), rua Flavio Schimitt (início residência do Sr. Rodrigo Becker), rua Alfredo Eitelwein (início na residência da Sra. Erotilde até a esquina com a rua José Bettin), Rua Ari Pedroti (inicia na casa da Sra. Angelica Herdina até a residência da Sr. Valdir Osorio) . Nº pessoas: 600 | 01 |



| | | |
|--------------------|--|----|
| MICROÁREA 2 | As visitas terão início nas margens da estrada que dá acesso aos campings para as chácaras, retornando novamente a RST 153, visitando as margens até a divisa com município Tio Hugo. Segue pelas ruas paralelas a RST 153 na Rua Elemar Eggers com início na residência do Sr. Paulo Barella até a residência da Sra. Martina Albrecht, na rua Oscar Willenburg inicia na residência da Sra. Neusa Boehn até a residência da Sra. Rosane da Silva. Da Rua Flavio Schmitt desce na rua Alfredo Augusto Koch até a rua Guilherme E. Fett residência da Sra. Iraci Albrecht. Nº pessoas: 520 | 01 |
| MICROÁREA 3 | As visitas terão início na RST 153 Localidade Esquina Penz visitando as residências as margens da rodovia em ambos os lados até o KM 22,5. Seguindo na estrada ao lado do E. Orlando Roos até a propriedade do Sr. Pedro Lício Vieira da Silva, seguindo até a propriedade da Sra. Ingrid Liliane Worst (localidade São Paulo), após segue em direção a propriedade da Sra. Vena Francisca Baumgratz, contornando as divisas com os municípios de Victor Graeff e Tio Hugo visitando as famílias das localidades Coxilha Seca, Linha Tieze e Posse Barão até a residência da Sra. Elemar Antonio Baumgardt. Retornando no sentido da RST 153 as visitas continuam nas residências do Sr. Hedio Schmitt e o Sr. Aderi Klein e demais famílias da Linha São Paulo até retornar a rodovia . Nº pessoas: 281 *Retificado pelo edital nº 022/2017 | 01 |
| MICROAREA 4 | As visitas terão início na RST 153 da residência da Sra. Adriana Voigt até a estrada da balsa nos dois sentidos, na divisa com Nicolau Vergueiro contornando a orla da barragem até a propriedade da Sra. Erna Cardoso. Segue pela estrada da linha Gonçalves até a Serraria Passando pela propriedade do Sr. Paulo Penz saindo da estrada velha na Esquina Penz até a RST 153 propriedade do Sr Erno Rodrigues. Nº pessoas: 350 | 01 |
| MICROAREA 5 | As visitas terão início na propriedade da Sra. Iraci Pereira seguindo em linha reta passando pela propriedade do Sr. Ari Lutz até a escola João XXIII, visitando a propriedade do Sr. Vilimar Deuner até a propriedade do Elio Wolmmer seguindo até a ponte da baixada, propriedade do Sr. Paulo Neckel, seguindo em direção a rodovia até chegar novamente a propriedade da Sr. Iracema Pereira. Nº pessoas: 240 | 01 |
| MICROAREA 6 | As visitas terão início na entrada do Capão valo no KM 13 da rodovia RST 153 seguindo em direção a encruzilhada Muller, passando pela propriedade dos Souza até a divisa com município de Passo Fundo. A esquerda da rodovia KM 16 entra na estrada dos holandeses até as águas da barragem, passando pela propriedade da família Cacciamani, granja Eschner até o km 23. Nº pessoas : 234 | 01 |
| MICROAREA 7 | As visitas terão início na estrada geral propriedade do Sr. Raul Muller a direita, em direção ao assentamento Vinte e Cinco de Julho, até a divisa com município Santo Antônio do Planalto (ponte). Seguindo a esquerda, descendo até a divisa com o município de Victor Graeff, sobe em direção a igreja Faxinal até o cemitério da Localidade, seguindo até a propriedade do Sr. Ileno Muller até a propriedade do senhor Leovaldo Britto retornando até a encruzilhada pela estrada geral. Nº pessoas : 256 | 01 |
| MICROAREA 8 | As visitas terão início na rua Olivério Guntzel, subindo pela rua João Clemente Elsing , visitando todo lado esquerdo da Av Fernando Dundersadt até a esquina com a rua Julio dos Santos subindo por toda a sua extensão até a rua Gustavo Emílio Haupt. Nº pessoas : 705 | 01 |



2- DAS INSCRIÇÕES:

2.1- Período, local e horário das Inscrições:

- **Período:** de 27 de dezembro de 2017 a 10 de janeiro de 2018.

- **Local:** As inscrições ao Processo seletivo público de que trata este Edital somente serão feitas **VIA INTERNET**, pelo link específico para este fim, no seguinte endereço eletrônico: **www.unars.com.br - Prefeitura Municipal de ERNESTINA.**

- **Horário:** A partir da zero hora do dia 27 de dezembro de 2017 até às 23h59min do dia 10 de janeiro de 2018, observado o horário oficial de Brasília/DF.

2.2- Procedimentos para inscrição:

2.2.1- Para fins de inscrição, o candidato deverá preencher os dados no formulário específico, disponibilizado no endereço eletrônico **www.unars.com.br**, **Processo seletivo público - Prefeitura Municipal de ERNESTINA.**

2.2.2- Após o preenchimento do formulário para inscrição, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para pagamento em qualquer agência bancária. **O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado impreterivelmente até o dia 11 de janeiro de 2018**, sendo que não serão aceitos pagamentos após esta data. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas. **(NÃO será aceito pagamento por meio de depósito ou transferência entre contas).**

2.3- Requisitos para inscrição:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou estrangeiro, na forma da lei.

2.4- Condições para inscrição:

2.4.1- O candidato, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, deverá certificar-se de que possui todos os requisitos exigidos para o emprego, sendo que não haverá devolução de valor pago, salvo quando for cancelada a realização do processo seletivo público.

2.4.2- O CPF – Cadastro de Pessoa Física é informação indispensável para inscrição.

2.4.3- Serão indeferidas as inscrições pagas com cheques sem provisão de fundos.

2.4.4- Não serão deferidas as inscrições, via Internet, não recebidas pela Comissão Examinadora, por falhas em computadores, congestionamentos de linhas, preenchimento incorreto de dados no formulário de inscrição ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a concretização da inscrição. O candidato somente terá sua inscrição homologada após a confirmação da quitação do boleto bancário.

2.4.5- O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, ficando ciente que está de acordo com as exigências e normas previstas neste Edital, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento. A opção de emprego, bem como a identificação do candidato, não poderá ser trocada após a confirmação no site no ato da inscrição.

2.4.5.1 – Não haverá devolução do valor da taxa paga.

2.4.6- Não serão admitidas inscrições efetuadas por fax, via postal, correspondência ou qualquer outro meio eletrônico.

2.4.7- A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação verificada em qualquer etapa do presente processo seletivo público implicará na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais.

2.4.8 – É vedada a transferência do valor a título da taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.



3- DAS VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:

3.1- Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição no Processo seletivo público de que trata este Edital, conforme artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal e que se enquadrem nas categorias discriminadas no Art.4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e no artigo 70 do Decreto Federal nº 5.296/2004, para o empregocujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.2- Às pessoas portadoras de deficiência são assegurados 5% (vinte por cento) das vagas então existentes e das futuras, até a extinção da validade do processo seletivo público. Considera-se portador de deficiência, toda a pessoa portadora de deficiência física, mental, visual e auditiva sendo que participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere às provas, ao seu conteúdo, a sua avaliação e critérios de aprovação, duração, horário e local de realização das provas.

3.3- A homologação do processo seletivo público far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando à nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

3.4- No ato de preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá declarar sua condição, marcando a opção "Portador de Deficiência". O candidato deverá encaminhar os seguintes documentos:

- Laudo Médico (original ou cópia legível autenticada em cartório), emitido a menos de seis meses caso não contiver expressamente que se trata de doença irreversível, que declare que o mesmo é portador de deficiência física, com a espécie e o grau ou nível de deficiência que possui (permanente ou temporária), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID e a sua provável causa ou origem.
- Formulário para portador de deficiência, conforme ANEXO III do Edital.

3.6- O Laudo médico que deverá ser enviado via SEDEX, até o último dia do encerramento das inscrições, à Comissão do Processo seletivo, endereçado a: UNA GESTÃO E ASSESSORIA LTDA – Rua Jacob Ely, 176, Centro – CEP 95.720.000-Garibaldi/RS, Processo seletivo público Prefeitura Municipal de ERNESTINA.

3.6.1- Nos laudos médicos relativos à deficiência auditiva deverá constar, claramente, a descrição dos grupos de frequência auditiva comprometidos.

3.6.2- Os laudos médicos terão valor somente para este Processo seletivo público, não sendo devolvidos aos candidatos.

3.6.3- O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato. A UNA GESTÃO E ASSESSORIA LTDA e a Prefeitura Municipal de Ernestina não se responsabilizam por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino, bem como por problemas de envio/entrega relacionados à Empresa de Correios e Telégrafos – ECT.

3.7- O candidato portador de deficiência que necessite de algum atendimento especial para a realização das provas, deverá declará-lo em documento anexo ao laudo médico para que sejam tomadas as providências cabíveis. O requerimento será analisado obedecendo aos critérios de viabilidade e razoabilidade.

3.8- O candidato que não encaminhar o laudo médico até a data de encerramento das inscrições, não será considerado como portador de deficiência, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado a opção no formulário de inscrição e perderá o direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e não terá atendimento às condições especiais que indicar.

3.9- A homologação do processo seletivo público far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, e em lista com os demais candidatos, constando em ambas à nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

3.10- A comprovação da deficiência, sua identificação e a compatibilidade para o exercício do emprego, serão previamente atestadas por laudo de junta médica, nomeada pelo município, e exigidas como requisito para a posse.

3.11- A pessoa com deficiência que não declarar essa condição por ocasião da inscrição não poderá invocá-la futuramente em seu favor.



3.12- Não ocorrendo aprovação de candidatos na condição de pessoas com deficiência em número suficiente ao preenchimento do emprego aos mesmos disponibilizados, as vagas serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem geral de classificação no emprego.

3.13- O grau de deficiência do candidato não poderá ser invocado como causa de aposentadoria por invalidez.

4- DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1- A divulgação das inscrições será dada a conhecer por meio de Edital, no qual constarão as inscrições deferidas e indeferidas.

4.2- Das inscrições indeferidas cabe recurso, que deverá ser fundamentado conforme prevê o item 7 deste edital.

4.3- A não apresentação de recurso no prazo estabelecido ou o indeferimento do mesmo, acarretará no cancelamento do pedido de inscrição e na consequente eliminação do candidato no presente processo seletivo.

4.4- O Edital de homologação, com a respectiva relação dos candidatos inscritos e homologados, será publicado no prazo estipulado no cronograma de eventos deste Edital.

5- DA REALIZAÇÃO DA PROVA:

5.1- DATA, LOCAL e HORÁRIO DA PROVA ESCRITA:

5.1.1- Data de realização da prova escrita: **27 de janeiro de 2018.**

5.1.1.1- Caso haja necessidade o Município reserva-se o direito de indicar nova data para a realização da prova escrita e será publicado por Edital.

5.1.2- LOCAL e HORÁRIO: A ser divulgado por Edital, no dia 22 de janeiro de 2018.

5.2- DA PROVA ESCRITA:

5.2.1- O processo seletivo público constará de prova **ESCRITA**, com base no conteúdo programático constante no Anexo I deste Edital.

5.2.1.1- A prova escrita de questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas A, B, C, D, compatíveis com o nível de escolaridade terá o peso máximo de 100 (cem) pontos.

5.2.1.2- O conjunto da prova escrita é de caráter eliminatório, sendo que serão considerados aprovados somente os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos na soma das notas da prova escrita, ou seja, mínimo de 50% (cinquenta por cento) de aprovação.

5.2.1.3- A pontuação da prova será avaliada segundo os critérios da tabela, abaixo:

| EMPREGO | PROVA | DISCIPLINA | Nº DE QUESTÕES | PESO POR QUESTÃO | PESO POR DISCIPLINA | TOTAL PONTOS |
|-----------------------------|----------|---------------------------|----------------|------------------|---------------------|--------------|
| AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE | Objetiva | C. Especificos/Legislação | 20 | 3,0 | 60,00 | 100 |
| | | Português | 10 | 3,0 | 30,00 | |
| | | Matemática | 10 | 1,0 | 10,00 | |

5.3- DA PONTUAÇÃO FINAL:

5.3.1- A nota final dos candidatos aprovados será o somatório dos pontos obtidos na prova.

5.3.2- A lista final de classificação das provas do processo seletivo público apresentará apenas os candidatos aprovados.



5.3.3- Em caso de empate na pontuação final o primeiro critério de desempate será o estabelecido no Estatuto do Idoso - Lei Federal nº 10.741/2003, arts. 1º e 27, parágrafo único, onde assegura às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, que o primeiro critério de desempate em processo seletivo público será a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada.

5.3.4 – Em caso de empate na pontuação final, depois de utilizado o primeiro critério, terá preferência o candidato que obtiver maior nota em:

1º - Prova de Conhecimentos específicos/legislação;

2º - Prova de Português;

3º - Prova de Matemática.

5.3.5- Prevalecendo o empate, o desempate será feito mediante sorteio, a empregada Comissão Executiva, em data, local e horário fixados no Cronograma de Eventos deste Edital.

6- DA IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO, DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DO PROCESSO DE LEITURA DOS CARTÕES, IDENTIFICAÇÃO DOS CARTÕES E NOTAS:

6.1- O candidato deverá comparecer ao local das provas, com documento de identidade que mereça fé pública, caneta esferográfica de cor azul ou preta, com antecedência mínima de meia hora em relação ao horário marcado para início das provas.

6.2- Caso o candidato não apresente no dia da realização das provas o documento de identidade, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado outro documento válido com foto. Ao candidato somente será permitida a realização da prova se o seu nome constar na lista de presença e no Edital de Homologação das inscrições.

6.3- São considerados documentos de identidade: Cédula de Identidade, Carteira expedida pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Públicas, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos Órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc); carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por Órgão Público que, por Lei Federal, valham como identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997); Passaporte brasileiro. O documento deverá estar legível, não podendo estar danificado. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, CPF, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, sem valor de identidade.

6.4- É de responsabilidade do candidato informar-se acerca da data, local, horário e sala de aplicação da prova escrita. Não haverá segunda chamada em quaisquer das provas, seja qual for o motivo alegado.

6.5- Não será permitida a entrada de candidatos no prédio de realização das provas, que se apresentar após o horário fixado, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por Edital.

6.5.1- No recinto de provas não será permitido ao candidato entrar com armas.

6.6- Antes do início das provas o candidato receberá do fiscal de provas um saco transparente do qual deverá depositar seus aparelhos eletrônicos desligados e colocar no canto direito de sua classe. Os objetos pessoais devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando sob inteira responsabilidade do candidato. A empresa organizadora não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não que venham a ser extraviados.

6.7- Somente será permitido ao candidato durante a realização das provas, que o mesmo mantenha sobre a classe e em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, lápis, borracha, documento de identidade, uma garrafa transparente de água, sem rótulo e o saco transparente do qual depositou seus aparelhos eletrônicos.

6.8- Iniciadas as provas é vedada a utilização de aparelhos eletrônicos em qualquer parte do local de provas sendo que o candidato somente poderá utilizar os mesmos após o término das provas quando estiver fora do local das provas. O descumprimento dessa determinação poderá implicar eliminação do candidato deste certame, caracterizando-se como tentativa de fraude. Havendo a necessidade poderá ser utilizado detector de metais.

6.9- Na hipótese de candidata lactante, será facultada a possibilidade de amamentar o filho durante a realização da prova, desde que leve um(a) acompanhante, o qual será responsável pela guarda da criança e permanecerá em sala reservada para esta finalidade, sendo que em nenhuma hipótese a criança poderá ficar desacompanhada pelo responsável. Durante



o período de amamentação, a candidata será acompanhada por Fiscal e não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.9.1- A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá entregar o atestado de amamentação (original ou cópia legível autenticada em cartório), que deverá ser enviado via SEDEX, até o último dia do encerramento das inscrições, à Comissão de Processo seletivo público, endereçado a: UNA GESTÃO E ASSESSORIA LTDA – Rua Jacob Ely, 176, Centro – CEP 95.720.000- Garibaldi/RS, Processo seletivo público Prefeitura Municipal de ERNESTINA.

6.10- Durante as provas não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do processo seletivo público:

- I - comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo seletivo público;
- II - consultar livros, códigos, manuais, impressos ou apontamentos, bem como utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos no Edital;
- III - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, devidamente acompanhado de Fiscal;
- IV - portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos;
- V - consulta de qualquer espécie, uso de notebook, palmtop, Walkman®, máquinas calculadoras, pen drive, mp3 ou similar, agendas eletrônicas ou similares, tablets, ipod®, telefone celular, smartphones, gravador, fones de ouvido ou outro equipamento eletrônico, bem como a prática de quaisquer atos que fraudem o caráter competitivo do processo seletivo público, sob pena de seu afastamento.
- VI- ingerir alimento de qualquer natureza durante as provas, exceto para os casos de hipoglicemia ou outros problemas de saúde, desde que comprovados através de atestado médico, o qual será examinado pela Banca Examinadora, para verificação da necessidade do pedido, obedecendo a critérios de legalidade, viabilidade e razoabilidade.
- VII- usar óculos escuros e acessórios de chapelaria, tais como boné, chapéu, gorro, bem como outros acessórios que cubram as orelhas ou parte do rosto;
- VIII- Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- IX- Descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas;
- X- Não permitir ser submetido ao detector de metal;
- XI- Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
- XII- Fumar no ambiente de realização das provas.

6.11- O tempo de duração da prova escrita será **de três horas**.

6.12- Caso por algum imprevisto, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova, previsto neste Edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de igualdade de tratamento. Os candidatos, caso este fato, ocorra deverão permanecer no local do processo seletivo público e atender às orientações dos fiscais de prova e Comissões de Coordenação do processo seletivo público.

6.13- Ao término da prova o candidato deverá retirar-se do local de aplicação da prova, afim de não prejudicar o andamento do processo seletivo público.

6.14- O candidato receberá um caderno de provas no qual poderá desenvolver todas as técnicas para chegar a resposta adequada. Ao receber o material o candidato deverá fazer a conferência do mesmo, sendo que no caso de eventual falha na prova, falta de prova ou material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição a empresa organizadora do certame poderá, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas dos candidatos, devendo ser registradas em ata as providências tomadas.

6.15- O candidato receberá um cartão de respostas que contém seu nome e o emprego para o qual está concorrendo. O candidato ao receber seu cartão de respostas deverá verificar se o mesmo está devidamente preenchido com seu nome e após assinar no verso do cartão seu nome com letra legível. A falta de assinatura no cartão poderá também implicar na eliminação do candidato do certame.

6.16- O candidato deverá assinalar suas respostas da prova objetiva no cartão de respostas, com caneta esferográfica de cor azul ou preta (o equipamento eletrônico não registra a assinalação feita com outro tipo de caneta).



6.17- A correção das provas será feita por meio eletrônico – leitora ótica. Não serão computadas as questões não-assinaladas no cartão de respostas, bem como as questões que contenham mais de uma assinalação, emenda ou rasura ainda que legível. Em nenhuma hipótese haverá substituição de cartão de respostas, sendo que é de inteira responsabilidade do candidato o correto preenchimento do cartão.

6.17.1- É vedado ao candidato amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura digital.

6.18- O candidato deverá preencher o cartão de respostas conforme instrução abaixo.



6.19- Ao término da prova escrita o candidato deverá devolver ao fiscal o cartão de respostas devidamente preenchido e o caderno de provas, tendo em vista a obrigatoriedade dos mesmos no arquivo no município, sendo que o cartão de respostas será o único documento utilizado para a atribuição dos pontos. Em nenhuma hipótese o caderno de provas será considerado para o fim de atribuição de pontos.

6.20- A prova padrão estará disponível no site da entidade promotora no prazo de recursos. O candidato poderá copiar seu cartão de respostas para conferência de gabarito, em formulário próprio que estará anexado no caderno de provas.

6.21- Para garantir a lisura do processo seletivo público e segurança dos candidatos, após entrega de todos os cadernos de provas e dos cartões de respostas por todos os candidatos, o fiscal e os últimos dois candidatos, que permanecerem no local até a entrega da última prova, serão encaminhados até a sala da coordenação, onde o último candidato e o fiscal de provas colocará a impressão digital em todos os cartões de respostas, bem como procederão o lacre em todos os envelopes das provas e dos cartões de respostas, em envelopes distintos.

6.21.1- Após o lacre dos envelopes os mesmos ficarão em poder e responsabilidade da Banca Examinadora que será aberto na presença das Bancas conforme prevê o item 6.22.

6.22- Tendo em vista o processo de correção de provas por meio eletrônico - leitura ótica, não haverá desidentificação de provas escritas. A leitura dos cartões de respostas dar-se-á em ato público, na presença de integrantes da Banca Examinadora da empresa organizadora e da Banca Executiva da Prefeitura Municipal e candidatos interessados, na sede da UNA GESTÃO E ASSESSORIA, Rua Jacob Ely, 176 – Centro – Garibaldi/RS em data e horário definido no Cronograma de Eventos deste Edital.

6.22.1- Na data e horário conforme o subitem 6.22, a empresa organizadora, na presença de integrantes das Bancas e candidatos interessados, darão vista dos envelopes lacrados no dia da prova, contendo os cartões de respostas de forma a comprovar que os mesmos encontravam-se indevassáveis.

6.22.2- A seguir, procederá a abertura dos envelopes e imediata correção de todos os cartões, mediante sistema eletrônico (leitura ótica).

6.22.3- Feita a leitura dos cartões, dar-se-á vista da relação de notas preliminares de cada candidato e preenchidos os mapas de resultado.

6.23- Do ato público será lavrada ata circunstanciada.

7- DOS RECURSOS:

7.1- O candidato poderá interpor recurso referente:

- As inscrições indeferidas.
- A formulação das questões e gabarito da prova quando da divulgação de gabarito preliminar.
- Do resultado das provas referente ao cartão de respostas após a identificação das provas.



- 7.2-** Os recursos deverão ser interpostos em até 03 (três) dias úteis conforme prevê o cronograma de eventos deste edital.
- 7.3-** Os recursos deverão ser preenchidos no Formulário Eletrônico no site www.unars.com.br, na Área do Candidato, mediante o login informando o CPF e sua senha.
- 7.4-** O candidato pode interpor quantos recursos julgar necessários, porém deve preencher um formulário distinto para cada pedido de revisão, sendo que devem ser apresentados:
- a) no caso de inscrições indeferidas: as razões pelas quais solicita a homologação de sua inscrição bem como cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
 - b) no caso de questões e pontos: razões devidamente fundamentas e anexo se julgar necessário.
- 7.5-** Os recursos deverão ser individuais e fundamentados. Não serão aceitos os recursos que não apresentarem uma argumentação lógica, clara e consistente, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota. Os recursos fora das especificações determinadas neste edital serão indeferidos.
- 7.6-** Não serão considerados os recursos eletrônicos, não recebidos pela Comissão Examinadora, por falhas em computadores, congestionamentos de linhas, preenchimento incorreto de dados ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 7.7-** Os recursos interpostos que não se refiram exclusivamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do período estabelecido no cronograma de eventos não serão considerados.
- 7.8-** Somente serão aceitos os recursos dirigidos a Una Gestão e Assessoria, via Área do Candidato, não sendo aceito recurso enviado por e-mail ou qualquer outra forma.
- 7.9-** Os recursos serão analisados pela empresa organizadora e os pareceres dos recursos ficarão disponíveis para os candidatos na Prefeitura Municipal e no site www.unars.com.br, na Área do Candidato quando da divulgação dos respectivos editais e resultados.
- 7.10-** A Una Gestão e Assessoria reserva-se o direito de alterar gabarito ou anular questões, independente de recursos, quando ocorrer equívoco na formulação ou respostas das questões.
- 7.11-** Se houver a alteração de gabarito preliminar, por força de impugnações ou correção, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração efetuada e gabarito oficial definitivo.
- 7.12-** Na hipótese de anulação de questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independente de terem recorrido.

8- DO PROVIMENTO DO EMPREGO:

- 8.1-** O provimento do emprego será efetuado para as vagas descritas na tabela de emprego e obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos, dentro do prazo de validade do processo seletivo público.
- 8.2-** A classificação no processo seletivo público não assegura ao candidato o direito de contratação imediata no emprego público municipal, mas apenas a expectativa de nele ser admitido, segundo rigorosa ordem de classificação, ficando a concretização desse ato, condicionada às disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e necessidade do serviço público municipal.
- 8.3-** Se aprovado, o candidato deverá manter atualizado seu endereço junto à Prefeitura Municipal de Ernestina durante a validade do processo seletivo público.
- 8.4-** O processo seletivo público será válido por 02 (dois) anos, a contar da data de homologação do resultado final, prazo este que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante Edital do Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal.



8.5- Não haverá segunda convocação para contratação, salvo a hipótese do candidato que, ao comparecer e não aceitar a vaga oferecida, optar pela sua inclusão no final da relação dos candidatos classificados, reposicionamento este que deverá ser requerido por escrito.

8.6- O contrato do Agente Comunitário de Saúde poderá ser rescindido unilateralmente na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Federal nº9.081, de 14 de junho de 1999;

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

V – de não-atendimento ao disposto na alínea “a” do Anexo II do presente edital ou em função de apresentação de declaração falsa de residência; ou

VI – descontinuidade do repasse de verba para execução do programa respectivo.

8.7- Serão exigidos no ato de contratação do candidato, os documentos abaixo relacionados:

- RG - Cédula de Identidade Civil;

- CPF

- Diploma ou certificado de conclusão da escolaridade exigida para o emprego;

- 1 fotos 3x4, recente e sem uso;

- Título Eleitoral com comprovante da última eleição ou certidão de estar quite com a justiça eleitoral;

- Certificado do serviço militar para os candidatos do sexo masculino. Para os que cumpram 18 anos no ano de nomeação, será aceito o comprovante de alistamento;

- Atestado de boa saúde física, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do emprego;

- Certidão de nascimento/casamento;

- Carteira de trabalho (número e identificação);

- Cartão de PIS/PASEP;

- Certidão de Nascimento e cartão de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;

- Declaração de bens (Declaração de Imposto de Renda);

- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;

- Comprovante de conta corrente;

- Alvará de folha corrida - fornecida pelo Fórum;

- Declaração negativa de acumulação de empregos ou funções públicas;

- Se aposentado, apresentação de cópia da concessão de aposentadoria.

8.7- Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta médica oficial para verificação da deficiência, bem como a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

8.9- O exame médico pré admissional será exclusivamente eliminatório e realizar-se-á com base nas atividades inerentes ao emprego a qual o candidato foi aprovado, considerando-se as condições de saúde necessárias para o exercício das mesmas, sendo que o candidato deverá ser considerado apto pelo médico, designado pelo Município de Ernestina.

9- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1- É de inteira responsabilidade do candidato, o acompanhamento das informações referentes ao processo seletivo público em que se inscreveu, sendo que a inscrição do candidato importará no conhecimento das instruções deste Edital, bem como na aceitação tácita das condições nele contidas.

9.2- O Município de Ernestina e a empresa Una Gestão e Assessoria Ltda. não possui qualquer responsabilidade com despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste processo seletivo público.

9.3- Todas as publicações serão feitas por afixação no painel de publicações da Prefeitura Municipal, no site www.unars.com.br, após as 15h, e na imprensa local, quando necessário.



9.4- Todas as informações divulgadas no site www.unars.com.br são meramente informativas.

9.5- O presente processo seletivo público é regulamentado por este Edital, os casos omissos serão resolvidos pela empresa responsável pelo Processo seletivo público e pelo Município de ERNESTINA, conjuntamente.

9.6- Faz parte do presente Edital:

Anexo I - Conteúdos programáticos e/ou indicações bibliográficas.

Anexo II- Síntese das atribuições do emprego.

Anexo III- Modelo de Formulário para portadores de necessidades especiais.

Anexo IV- Cronograma de Eventos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ERNESTINA, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017.

**ODIR JOÃO BOEHM
PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI N. BAUMGRATZ
Sec.Mun.da Administração e Fazenda



ANEXO I

I- CONTEÚDOS DA PROVA PARA O EMPREGODE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO:

1. O trabalho do agente comunitário de saúde. 2. Saúde da criança. 3. Saúde da mulher. 4. Saúde do homem. 5. Saúde do idoso. 6. O programa de saúde da família. 7. Doenças e Agravos de Notificação Compulsória. 8. Anemia Falciforme. 9. Hanseníase. 10. Aleitamento Materno. 11. Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e DST. 12. Dengue. 13. Tuberculose. 14. Unidade de Saúde da Família, Atribuições de cada membro da Equipe Saúde da Família e das Equipes de Saúde Bucal, seleção e capacitação. 15. Legislação do Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA INDICADA:

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde (Capítulos I a V) - Brasília - DF, 2009.
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia prático do agente comunitário de saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília, DF, 2009.
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. O trabalho dos agentes comunitários de saúde na promoção do uso correto de medicamentos– 2. ed. rev. – Brasília, DF, 2006.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde da Criança (Menina) – Passaporte da Cidadania - 11ª edição – Brasília, DF, 2017.
5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde da Criança (Menino) – Passaporte da Cidadania - 11ª edição – Brasília, DF, 2017.
6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde do Adolescente (Menino) –Brasília, DF, 2012.
7. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde do Adolescente (Menina) –Brasília, DF, 2012.
8. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia Prático do Cuidador - Série A. Normas e Manuais Técnicos – Brasília, DF, 2008.
9. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento – Série Pactos pela Saúde 2006, volume 12 – Brasília, DF, 2010.
10. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília, DF, Novembro/2008.
11. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pré Natal e Puerpério – Atenção Qualificada e Humanizada – Série A. Normas e Manuais Técnicos - Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno nº 5 – Brasília, DF, 2006.
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. HIV/AIDS, Hepatites e outras DST – Cadernos de Atenção Básica nº 18 - Brasília - DF, 2006.
13. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. O agente comunitário de saúde no controle da dengue. Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
14. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia para o controle da Hanseníase – Departamento de Atenção Básica - Brasília - DF, 2002.
15. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de Anemia Falciforme para Agente Comunitário de Saúde. Brasília - DF, 2006.
16. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose - 2. ed. rev. - Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
17. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil, 2011.
18. Lei Nº 11.350 de 05 de Outubro de 2006.
19. Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.
20. Lei Nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.
21. Lei nº 10.741 de 1º/10/2003.
22. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006
23. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.
24. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).



PORTUGUÊS:

1. Leitura e compreensão textual
2. Fonologia e fonética: letra, fonema; classificação dos fonemas; divisão ou separação silábica; encontros vocálicos e consonantais; dígrafos; ortografia
3. Sinônimos / antônimos
4. As classes de palavras: substantivo; artigo; adjetivo; numeral; pronome; verbo (modos indicativo e subjuntivo)
5. Suplemento ou Apêndice: pontuação

BIBLIOGRAFIA INDICADA:

- TERRA, Ernani. Curso Prático de Gramática. Scipione
- LEDUR, Paulo Flávio. Português Prático. AGE

MATEMÁTICA:

1. Noções de conjuntos: conceito, simbologia, subconjuntos, união, intersecção, diferença e complementar.
2. Conjunto dos números naturais, inteiros e racionais.
3. Problemas envolvendo máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum.
4. Operações, expressões e problemas envolvendo números naturais, inteiros e racionais.
5. Sistemas de unidades de medida de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo.
6. Equações, sistemas de equações e problemas do 1º grau.
7. Razão e proporção.
8. Regra de três simples e composta.
9. Porcentagem e juros simples.

BIBLIOGRAFIA INDICADA:

1. CASTRUCCI, Benedito, GIOVANNI, José Ruy e GIOVANNI JR., José Ruy. A Conquista da Matemática – A + Nova. Ed. FTD.
2. GUELLI, Oscar. Matemática: uma aventura do pensamento. Ed. Ática.
3. IMENES, Luis Márcio e LELLIS, Marcelo. Matemática para todos. Ed. Scipione.



ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO:

ATRIBUIÇÕES:

Sintéticas: Desenvolver e executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, por meio de ações educativas e coletivas, nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente desenvolvida em conformidade com as diretrizes do SUS.

Genéricas: Utilizar instrumentos para diagnósticos demográficos e sócio-cultural da comunidade de sua atuação; executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva, registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, estimular a participação da comunidade nas políticas-públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida à família ;participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida, realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; desenvolver outras atividades pertinentes à função do Agente Comunitário de Saúde.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: Carga horária de 40 horas semanais.

REQUISITOS PARA INGRESSO:

- a) residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do Edital de Processo seletivo público;
 - b) haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada;
 - c) Haver concluído o ensino fundamental;
- Idade mínima de 18(dezoito) anos.



ANEXO III

FORMULÁRIO PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

| | |
|---|-------------------------|
| NOME DO CANDIDATO: | Nº DE INSCRIÇÃO: |
| EMPREGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: | |
| PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, sendo que estou apresentando LAUDO MÉDICO com CID: (colocar os dados abaixo, com base no laudo): | |
| Tipo de necessidade especial de que é portador: _____ | |
| Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID _____ | |
| Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____ | |
| (OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres) | |
| Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário) | |
| <input type="checkbox"/> NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL | |
| <input type="checkbox"/> NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário, sendo que o pedido será analisado obedecendo aos critérios de viabilidade e razoabilidade.) | |
| _____ | |
| _____ | |
| _____ | |
| É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento. | |
| _____, ___/_____/____. | |
| _____ | |
| Assinatura do candidato | |
| OBS: Este formulário deverá ser digitado ou se preenchido a mão, com letra legível. | |



ANEXO IV

CRONOGRAMA

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: de 27 de dezembro de 2017 a 10 de janeiro de 2018.

DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: 15 de janeiro de 2018.

PRAZO PARA RECURSO, QUANTO AS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS: 16, 17 e 18 de janeiro.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: 19 de janeiro de 2018.

DIVULGAÇÃO DO LOCAL E HORÁRIO DAS PROVAS: 22 de janeiro de 2018.

REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS: 27 de janeiro de 2018.

DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES: 29 de janeiro de 2018, no painel de publicações da Prefeitura Municipal, no site www.unars.com.br

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DOS GABARITOS PRELIMINARES: 30, 31 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018.

DIVULGAÇÃO DA DECISÃO DE RECURSOS e GABARITOS OFICIAIS: 06 de fevereiro de 2018, após as 15h, no painel de publicações da Prefeitura Municipal e no site www.unars.com.br

LEITURA DOS CARTÕES DE RESPOSTAS e IDENTIFICAÇÃO PÚBLICA DOS RESULTADOS DAS PROVAS: 07 de fevereiro, às 9h30min, na sede da UNA GESTÃO E ASSESSORIA, Rua Jacob Ely, 176, Centro, Garibaldi/RS, podendo o candidato acompanhar o processo de leitura e identificação das provas.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS: 07 de fevereiro, após as 15hs, no painel de publicações da Prefeitura Municipal de ERNESTINA, no site www.unars.com.br.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DO RESULTADO DAS PROVAS: 08, 09 e 12 de fevereiro de 2018.

DIVULGAÇÃO DA DECISÃO DOS RECURSOS: 15 de fevereiro de 2018.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE REALIZAÇÃO DE SORTEIO: 15 de fevereiro de 2018.

SORTEIO PÚBLICO: 16 de fevereiro de 2018.

HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO: 16 de fevereiro de 2018.

OBS: O cronograma das datas do Processo seletivo público poderá ser alterado pela empresa organizadora do Processo seletivo público, havendo necessidade, a qualquer momento, sem que caiba aos candidatos inscritos direito de se oporem ou reivindicarem algo em razão da alteração do mesmo. Será dada publicidade de todas as alterações que venham a ocorrer. Todas as informações divulgadas no site: www.unars.com.br são meramente informativas e serão divulgadas a partir das 15 horas.